

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR



ANDRÉ LUIS DA SILVA FERREIRA

Graduação em Letras pela Universidade Bandeirante de São Paulo (2009); Professor de Ensino Fundamental II - Língua Inglesa.

RESUMO

A história da educação no Brasil se dá com a vinda dos jesuítas e se desenrola até os dias atuais a base de muita luta e ajustes. Neste contexto surgem as políticas educacionais, essenciais para garantir a igualdade de direitos e deveres referentes às nossas crianças e também da sociedade. A ética no processo educacional transmite bons costumes e caráter, oportuniza a aprendizagem de valores pelo discente sobre o certo e o errado mediante a convivência com o corpo docente, sociedade e seus cuidadores. A universidade chega como base formadora de profissionais desenvolvendo e possibilitando lidar com o processo formativo em várias extensões. Sua metodologia deve estar ligada a uma formação contínua que seja estimulativa e propicie o ensino interdisciplinar de maneira dinâmica e atrativa de forma a desenvolver as habilidades dos alunos de maneira plena e qualitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Ética; Metodologia; Habilidades.

INTRODUÇÃO

A história da educação deficiente no Brasil se inicia com a chegada dos jesuítas e passa por várias tentativas de reformas e mudanças políticas até os dias atuais.

Política pública é de responsabilidade do Estado, refere-se à contribuição da população na tomada de decisões de um governo, bem como na política educacional que pode ser composta por membros envolvidos na área pedagógica como também pode sofrer a imposição de um pequeno grupo que exerça poder sobre a grande maioria, há também vários parâmetros que regem as políticas educacionais e diferenças marcantes nos ensinos públicos e privados.

Ética e moral tem significados distintos, veremos conceitos e seus propósitos nas empresas e no processo educacional.

O Ensino Superior atual revela a conquista dos sonhos de muitas famílias brasileiras; sonho esse inatingível em várias gerações passadas. Nas décadas anteriores havia uma possibilidade extremamente remota de ingressar em um curso superior, salvo os abastados da época. A graduação em um curso superior sempre foi algo motivador para o aluno e para a família, porém muitos ainda hoje ingressam na faculdade apenas para acalantar os anseios dos pais, razão pela qual também se dá a evasão escolar.

Vamos ver um pouco da Metodologia no Ensino Superior e a melhor maneira de passar os conhecimentos aos alunos sem esquecer do social. Os professores professam suas práticas adquiridas com estudo e experiências vividas.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A história da educação formal começa em 1549 com a chegada dos Jesuítas encarregados de comandar a educação no Brasil. O ensino passado pelos padres tinha um fundo religioso e era mais direcionado à formação média para os homens das elites, porém havia o intuito de que esses estudantes não só partissem para as universidades europeias como também buscassem a vida sacerdotal.

Os interesses jesuíticos estavam mais voltados à Companhia de Jesus do que aos da coroa foi então que o Marques de Pombal expulsou os padres jesuítas de Portugal e seus domínios em 1759 e passou essa tarefa para os estados.

O período Pombaliano durou cerca de 60 anos, foram criadas algumas aulas régias, escolas primárias e secundárias. Com a chegada da família real em 1808 fugindo da invasão napoleônica surgiram os primeiros cursos superiores não-teológicos na Colônia. Causou sensíveis mudanças nos cursos superiores porém a educação de base permaneceu esquecida e ignorada.

A Constituição do Império em 1824 estabelecia que a instrução primária deveria ser gratuita para todos os cidadãos, entretanto o analfabetismo imperava, pois, o Poder Público não se esforçava para transformar a educação em política pública. A situação do ensino no país piorou depois da criação do Ato Adicional de 1834, uma emenda à Constituição de 1824 onde o Município da Corte cuidava do ensino superior e as províncias deveriam promover a educação básica em suas jurisdições.

No fim do período Imperial que durou 67 anos a educação não havia sofrido nenhuma reforma substancial nos ensinamentos primários e secundários. Em 1889 se fez então a Primeira República, porém o novo regime não trouxe nenhuma reforma significativa na divisão de responsabilidades educacionais já impostas pelo Ato Adicional de 1834 mesmo tendo sido tentadas várias reformas na área da educação.

Os 15 anos da era Vargas trouxe algumas mudanças no âmbito educacional inclusive a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a Reforma Francisco Campos também focada no ensino das elites deixando a parte do ensino primário e o secundário profissional.

A Constituição Federal foi promulgada em 16 de julho de 1934, representa uma conquista do movimento renovador, estabelece que a educação é direito de todos e também determina a obrigatoriedade do ensino primário; propõe percentuais orçamentários para a educação entre 10% da renda dos Municípios e 20% dos Estados e Distrito Federal.

A partir de 1942 o Ministro da Educação Gustavo Campanema iniciou parcialmente a reforma educacional em todos os ramos do ensino primário e secundário, as diretrizes nesses níveis de educação foram traçadas pela Lei Orgânica. O governo militar reformou o ensino primário e secundário, o ensino de primeiro grau teria duração de 8 anos eliminando assim com os erros do antigo sistema, o ensino médio foi transformado em 2º grau com caráter profissionalizante.

Em 1948 criou-se o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e de 1951 a 1954 inauguradas as universidades Católica de Pernambuco, Mackenzie e Universidade do Ceará. A Constituição de 1988 reconheceu vários direitos sociais no campo da educação, o ensino fundamental ganha nova nomenclatura, seria gratuito e obrigatório passando a ser dever do Estado em garantir vagas e dever dos responsáveis em matricular as crianças em tal nível de ensino assegurando o direito à educação.

Os preceitos educacionais da CF/88 foram mais detalhados e sistematizados na legislação complementar Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que dentre muitos, especifica que os Estados devem assegurar o ensino fundamental e priorizar o ensino médio, já os Municípios devem oferecer educação infantil em creches e pré-escolas com qualidade.

A Emenda Constitucional nº 59/09 expandiu a obrigatoriedade escolar para as crianças de 4 a 17 anos abrangendo da educação infantil até o ensino médio. Contudo a repetência e a evasão escolar ainda são frequentes nos dias atuais, a melhoria da qualidade do ensino fundamental continua sendo um desafio. No ano de 2009 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) obteve resultados abaixo do esperado, porém notou-se que o ensino nas escolas particulares ainda é melhor do que nas escolas públicas.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O conceito de política está relacionado com o exercício do poder em cada sociedade que pode se apresentar de diversos modos nas estruturas sociais e penetra de tal maneira a se espalhar e ramificar por diferentes grupos e setores.

Políticas públicas são as atitudes que o Estado toma para atender vários setores da sociedade civil que por sua vez faz suas súplicas ao poder Executivo, Legislativo ou Judiciário. Políticas Públicas Distributivas estão relacionadas aos serviços e equipamentos cedidos pelo Estado financiado pela sociedade através de orçamento público ou por pequenos grupos abastados da sociedade, tem como foco as camadas menos favorecidas geralmente barganhando troca de votos em anos de eleição.

As Políticas Redistributivas visam dividir a renda em forma de financiamento, serviços, equi-

pamentos e recursos mais conhecidos como direitos sociais. A parte mais opulenta da sociedade financia as de baixa renda e são chamados beneficiários.

Criadas para qualificar alguns setores com intenção de criar normas ou serviços e equipamentos surgiu a Política Regulatória responsável pela normatização das políticas distributivas e redistributivas, beneficiam pequenos grupos da sociedade. Produzidas por estruturas legais e institucionais em vários contextos, sistemas e regimes políticos, as Políticas Sociais resultam de pressões sociais organizadas e representativas.

Analisando as políticas educacionais temos dois aspectos, o texto que as rege e o contexto relacionado às reais condições que geram a produção e formulação das políticas educacionais. A política educacional também pertence ao grupo de políticas sociais do país onde há a implementação de movimentos e referenciais educacionais que estão vigentes na Legislação e constituída a partir de três diferentes dimensões: a administrativa, a financeira e a educacional ou pedagógica.

Ano após ano a Política Educacional no Brasil se definiu de várias maneiras, é um elemento de normatização do Estado e inclui interesses políticos diversos, porém, tal Política deve ser guiada pelo povo, respeitando e assegurando o direito de cada indivíduo e o bem comum.

Alguns documentos foram rudimentares à criação das Políticas Educacionais e ainda se faz presente como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 que marcou e traçou metas e prioridades, porém a fonte central de implementações e políticas educacionais é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que sofreu alterações até chegar ao modelo atual de 1996. LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961 - Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 - Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Educação para todos é o foco central, é um direito e ao mesmo tempo um dever, direito esse não passível de escolha uma vez que os tutores legais das crianças de 4 a 17 anos são por lei obrigados a inseri-las no sistema de ensino público ou privado de responsabilidade dos Estados e Municípios.

Aos que não conseguiram cursar os estudos na idade devida poderão fazê-lo cursando a Educação de Jovens e Adultos (EJA), projeto criado para atender essa faixa da população desfavorecida. No fim do Ensino Fundamental 1 os estudantes participam da Prova Brasil que tem por objetivo avaliar o nível de alfabetização prevenindo dificuldades de aprendizagem e auxilia a nivelar o ensino oferecido em âmbito nacional. Concluso o Ensino Fundamental 2 os estudantes podem optar por um Ensino Técnico que pode ser cursado junto com o Ensino Médio ou não.

Para ingressar no Ensino Superior os estudantes podem optar por fazerem o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) critério de seleção para concorrerem a bolsa de estudos parciais ou integrais pelo programa ProUni, além de ser usado por várias universidades como complemento ou substituição do vestibular.

O PNE estará em vigor até 2020 e define metas iniciativas e estratégias para todos os tipos

e níveis educacionais a fim de eliminar as diferenças entre idade e série do aluno, torna universal o ensino entre a faixa etária de 4 a 14 anos e distribui vagas de ensino médio nos períodos diurno e noturno, sugere inclusão de todos os alunos com deficiência, liberdade assistida, do campo, comunidades indígenas e quilombolas também propõe a formação continuada para professores entre outros.

Foi criado o Conselho Nacional de Educação (CNE) define opções e mecanismos que venham possibilitar o desenvolvimento e a melhora na educação em âmbito nacional tanto no ensino público administrado pelos governos municipais, estaduais ou federais como o ensino privado regido pelos donos da instituição.

A educação está introduzida numa sociedade democrática que tem nas mãos o poder de decisão e que praticam esse direito, educação e política andam juntas e se regem a fim do bem maior, política e cidadania são a base para uma educação de qualidade.

ÉTICA NO PROCESSO EDUCACIONAL

Ética é tudo aquilo pertencente à classe do bom costume e caráter, é ciência, é teoria. A ética não nasce com o ser humano como um instinto, ela é adquirida pela vivência com o meio e educação imposta ao indivíduo através de um conjunto de regras e normas condizentes a moral regional. Moral é a obediência aos hábitos e costumes, é normativa, trata do certo e do errado.

Costume se define como uma prática social desempenhada pela maioria em uma comunidade. Bons costumes são atos aprovados pela sociedade enquanto os maus costumes são rejeitados e punidos pela lei aos que os praticam. Os traços morais que todas as pessoas praticam chamamos de valores, os aprendemos durante a infância através da família e de cuidadores. Atualmente o professor também cumpre esse papel uma vez que as crianças passam mais tempo na escola do que em casa com os pais.

Os valores humanos nos norteiam em várias vertentes, duas delas são o conceito de justiça e a honestidade. Nas empresas também encontramos regras, a ética organizacional trata dos valores e comportamentos da empresa e os princípios morais inseridos na sociedade determinam a conduta, ética e a moral a serem seguidas. A conduta de um indivíduo define sua confiabilidade na tarefa a ser exercida dentro da organização.

A ética não deve ser confundida com lei, mas está ligada ao sentimento de justiça social. O código de ética de uma empresa e até mesmo da escola impõe que todos os funcionários trabalhem e hajam com um mesmo propósito uma vez que cada indivíduo tem seus próprios conceitos e podem ser parecidos ou não com a maioria dos colegas.

A escola também é uma empresa e se ela não oferece meios e qualidade no ensino os alunos estão fadados ao fracasso no processo educacional e em sua vida futura. O ambiente escolar deve estar impugnado por respeito, justiça, solidariedade, valores morais e diálogo a fim de tornar o educando um cidadão independente, íntegro o que é uma tarefa bem desgastante.

O professor desenvolve um importante papel no que se refere a ética na escola, precisa ensiná-la aos alunos e cobrar o uso da mesma, também se valer dela ao conversar com o pais, aluno, e outros profissionais da escola, também ao corrigir provas e trabalhos, e no que diz respeito ao comportamento ou método de ensino próprio e de outros colegas.

As crianças e jovens aprendem com o exemplo dos adultos e na escola acabam por utilizar a ética em suas práticas diárias, não colando em provas ou trabalhos, não praticando bullying, respeitando os professores, funcionários e colegas.

O papel da escola é indispensável para a construção da civilidade, o MEC define que os alunos devem ser capazes de compreender os conceitos de justiça, ter respeito pelas as diferenças entre as pessoas, ser solidário, cooperativo, ter o diálogo como ferramenta para solucionar conflitos, respeito próprio entre outros.

A ética na escola contribui para o cidadão ter condições de ser crítico, responsável pelos seus atos, atribui a capacidade de distinguir o certo do errado, o justo do injusto, moral do imortal. Respeitar a liberdade do outro é reconhecer os direitos e deveres que cada um possui dentro da instituição de ensino.

O Ministério da Educação aponta três itens para uma escola de qualidade que são a existência de um projeto, uma forte liderança e estabilidade no corpo docente, tendo as relações entre funcionários atreladas, com respeito mútuo, espaço aberto para diálogo, oportunidade para aprender e ensinar e como ponto central a ética e a moral, sendo assim, seria possível trabalhar as diferenças e respeitar os direitos e deveres de todos.

METODOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR

O professor na concepção da escola é visto como alguém desvinculado da sociedade e de tudo o que acontece nela, como um mero multiplicador de conhecimentos. Já o educador tem uma postura crítica e social sem se desprender das práticas do dia a dia. A melhor postura nesse papel deve ser a de educador-professor.

Quando entendemos como é formado o processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a conscientização social sem esquecer dos conhecimentos técnicos o professor passa a ser mais do que um multiplicador comum e se torna sujeito ativo e influenciador da vida real.

Para que isso ocorra educador precisa ter uma boa formação acadêmica e habilidades práticas essenciais afim de que consiga estimular o educando em seu desenvolvimento acadêmico e também em sua vida em sociedade. É necessário que o educador atente em se manter atual em suas teorias e práticas tanto em seu aprendizado como em seu vínculo com o educando em de sala e fora dela para que o processo de aprendizagem seja substancial.

Uma das metodologias mais utilizadas e mais ultrapassadas é a aula expositiva, onde o professor é detentor do saber e transmite esse saber ao aluno, respaldado por um livro ou apostila, quanto melhor proveitoso seria se essa aula fosse regada a utilização de multimídias, de laboratórios

onde o aluno pudesse pôr em prática o conhecimento teórico e assim se apropriar substancialmente do mesmo.

Barbosa (2003) destaca que “o novo professor deve ter elementos do professor convencional, além de saber utilizar as novas técnicas pedagógicas, deve ser capaz de dar uma boa aula expositiva e também ter as características de um bom estimulador, incentivador de pesquisas e debates”.

Sendo assim não apenas o aluno se apropria do conhecimento, mas também o professor terá sua formação aprimorada, trazendo boas consequências para ambas as partes no sentido de terem sua aprendizagem refeita. Os professores precisam se apropriar da tecnologia como meio para transmitir conhecimentos aos alunos de forma mais abrangente e completa.

ENSINO SUPERIOR E SUAS FINALIDADES

A Universidade, como, formadora de profissionais e praticante de uma pedagogia que de, segundo nossas leis, deve ser democrática. Tem, portanto, dois papéis fundamentais: (a) desenvolver o profissional que terá esta mentalidade, aberta ao trato com a heterogeneidade em qualquer setor da sociedade, e (b) servir de modelo, no decorrer do próprio processo de formação desses profissionais, de que tal formação cidadã seja possível, através de uma prática pedagógica em que se verifique a colocação em prática do que até aqui foi levantado sobre o papel da escola em geral.

Estes papéis ficam implícitos na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394 – 20 dezembro 1996), quando diz, em seu Capítulo IV, sobre a Educação Superior.

NECESSIDADES FORMATIVAS DO PROFESSOR

Segundo Contreras (2002), é imperativo resgatar a base reflexiva do desempenho profissional com o objetivo de entender a forma em que realmente se abordam as situações problemáticas da prática.

Assim, o professor terá mais condições de compreender o contexto social no qual ocorre o processo de ensino/aprendizagem, contexto este onde se mesclam diferentes interesses e valores, bem como maior clareza para examinar criticamente a natureza e o processo da educação instalado no país.

É imperativo garantir uma formação de professores que possibilite ao profissional docente saber lidar com o processo formativo dos alunos em suas várias dimensões, além da cognitiva, englobando a dimensão afetiva, a das diversas linguagens, da estética, da ética e dos valores universais.

Para tanto, a metodologia formativa do docente deverá estar vinculada a uma formação contínua que propicie o avanço a outras formas de trabalho com os alunos e que busque estimular o trabalho coletivo e interdisciplinar, imprescindível para o desenvolvimento da capacidade de romper com a fragmentação das disciplinas específicas.

Exige ainda uma formação que promova a participação ativa do professor no projeto político pedagógico da escola, na solidariedade com os colegas e com os alunos, no compromisso com a emancipação de nosso povo.

CONHECIMENTO

A afinidade do professor-aluno deve deixar de ser vertical e autoritária, e passar a ser uma relação de construção de conhecimento em conjunto. A aula é um ambiente propício para que o aluno aprenda novas perspectivas e entenda melhor a realidade que o cerca

A sala de aula deve ser organizada de forma que facilite e incentive a troca de informações professor-aluno e aluno-aluno. O professor tem a seu dispor inúmeras técnicas para diversificar a forma de ensinar. O aluno deve buscar abandonar sua forma passiva e passar a participar e interagir com o professor e o grupo.

O sistema de avaliação como o temos hoje na maioria das universidades consistem em aplicar uma prova para saber se o aluno está apto ou não. Uma proposta é que a prova seja apenas para garantir melhores condições de aprendizagem, o importante é a interação entre professor e aluno.

INTERDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO

A interdisciplinaridade oferece uma nova visão pedagógica, como um processo de integração, de troca, de parceria entre os pares envolvidos na ação pedagógica, trata-se de uma atitude de abertura, comprometida com a realidade social e educacional. Para Japiassu (1976, p. 213) “o futuro e a eficácia, não só das pesquisas nas ciências humanas, mas também de seu ensino estão essencialmente ligados e condicionados ao desenvolvimento de uma metodologia interdisciplinar”.

Exercer a interdisciplinaridade na universidade requer profundas mudanças na vida acadêmica, abrindo espaços efetivos para a prática da iniciação científica, da pesquisa e da extensão.

Essas mudanças passam pela revisão dos currículos e pela sua formulação integrada, transformando de forma essencial o papel do professor no contexto educativo. Não basta que o currículo seja formulado de forma integrada, é preciso vivenciar essa integração.

PANORAMA DO ENSINO NO BRASIL

Nosso país possui um déficit histórico no que tange a educação em todos os níveis de ensino. A primeiras escolas de níveis superior surgiram em 1808 e na década de 30 foram criadas as primeiras universidades como sistema de ensino privado, fazendo um paralelo ao setor público sendo novamente caracterizado já na década de 1960.

A redemocratização do nosso país se deu em 1985, tempos depois houve a criação a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 ela reorganizou o sistema político depois da queda do Estado Novo.

Nesse sentido, foi estruturado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – que tem por objetivo nivelar o Brasil com países desenvolvidos até 2021 – estabelece piso salarial e programas de avaliações de desempenho.

Com a expansão do ensino superior um personagem aparece em foco, o professor e sua identidade versus tudo o que a realidade atual exige que esse profissional também considere dentro da sala de aula.

Cada professor tem uma formação diferente e está em constante aprendizado, uns possuem apenas a formação do seu curso, outros a didática e alguns nem ao menos experiência na docência ou somente a experiência profissional de formação. Vemos então que essa identidade precisa ser construída e definida, é necessário passar de um simples especialista para didata da disciplina.

A didática é um fator muito importante, ela compila o saber do professor e o aprender dos alunos de forma especial onde o professor também acaba aprendendo com eles.

O processo didático transforma o comportamento do aluno levando o ao encontro de atitudes produtivas. A transmissão de conhecimentos do professor ao aluno precisa ser atrativa, de fácil compreensão e instigante, nesse contexto o aluno assimilará com facilidade o conteúdo explanado.

PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

O professor atuando em sua função expressa sua maneira de ser, interage com os alunos onde todos compartilham seus conhecimentos e se influenciam com essa troca experiências. Todo docente age conforme suas motivações, suas experiências de vida e influências recebidas, as boas influências inspiram a “prática profissional” as quais formam a identidade das universidades e faculdades deliberando assim o conceito de ensino-aprendizagem.

O docente e a instituição de ensino precisam estar em sintonia dessa maneira poderão oferecer um ensino de qualidade pois conforme Gimeno Sacristán (1999) a qualidade da educação é indissociável da qualidade humana dos docentes. Um dos métodos que os professores deveriam adotar com mais frequência é o estímulo a pesquisas pois esta vem acarretada de aprendizagem e incentiva o aluno a elaborar artigos científicos de qualidade. Artigos científicos são essenciais para destacar a aprendizagem no ensino superior, traz ao aluno a interpretação de textos e a comunicação em busca de informação possibilitando assim uma aprendizagem de forma mais completa.

PLANEJAMENTO DO ENSINO E AVALIAÇÃO

É forma geral o que predomina, no sistema de avaliação é o método em que o professor apli-

ca uma prova, e o que caracteriza se o aluno está apto o não é caso ele atinja a nota mínima. Neste método o aluno não está interessado em aprender, mas em “passar”.

O processo de avaliação para que seja relevante deve estar integrado ao processo de aprendizado como um elemento de incentivo e motivação para a aprendizagem. O professor deve estar interessado em que o aluno não somente tire uma boa nota, mas que aprenda. O desempenho do aluno, de certa forma está relacionado ao desempenho do professor. O professor deve ser avaliado mediante seus métodos de ensino, se estão oferecendo resultado ou não.

A nota que o aluno terá no final do semestre deve englobar não somente a prova, mas todo o processo de aprendizado, e para isso, é necessário que o professor esteja avaliando o aluno constantemente durante o semestre

DIDÁTICA

A seleção de conteúdo de uma disciplina é de suma importância, pois uma disciplina vale pelo conteúdo que aborda. Não é a disciplina que define o seu conteúdo. O conteúdo depende do profissional que o professor quer formar.

Deve-se observar quais assuntos já estão ultrapassados, quais são inúteis, que merecem atualização; enfim deve atentar-se para o contexto em que será ministrada a disciplina.

CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO PROFISSIONAL

O professor precisa estar ciente da sua missão na construção do saber e na transformação de um educando com uma visão crítica, o qual, a sociedade pluralista e heterogênea necessita. Portanto, deve ser objetivo desse educador entregar um profissional qualificado para as atividades que se propunha assumir neste espaço, social, cultural e econômico.

Assim, o professor tem que estar atualizado dentro de sua especialidade, principalmente, bem como em outras áreas do conhecimento. Contudo, precisa levar em conta, o conhecimento do educando e suas limitações dentro do contexto social, cultural e educacional que nos encontramos. Pois quando surgirem dúvidas, opiniões e questionamentos tenham-se condições de criar mecanismo para que docente e discente cheguem a uma conclusão aceitável e comprovada cientificamente.

É admirável que o professor saia um pouco da sala de aula, e veja como a sociedade tem se portado e como sua disciplina pode ser aplicada na prática. Também é importante que o professor acompanhe o progresso científico e tecnológico para poder tender as necessidades de seus alunos (que geralmente estão integrados deste progresso). O professor também deve projetar sua disciplina no futuro.

Indo contra a tendência predominante nas universidades é importante que o currículo seja elaborado conjuntamente e não isoladamente, ou seja, em conjunto e em equipe. Assim o currículo

tem condições de estar à altura das novas exigências da sociedade.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Teresa; OLIVEIRA, Romualdo Portela. **O ensino fundamental**. In: OLIVEIRA, R. L.; ADRIÃO, T. (Org.). **Organização do ensino no Brasil níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2007.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo: lei de diretrizes e bases da educação nacional, lei n. 9.394/96**. São Paulo: Avercamp, 2007.

AZEVEDO, J. L. de. **A educação como política pública**. 3ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

Ética na Escola – filosofia e valores na escola

Autor: Thums, Jorge – Editora: Ulbra – **Temas do livro: Educação, Ética**

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BACH, J. Marcos. **Consciência e Identidade Moral**. Petrópolis: Vozes, 1985.

AEBLI, Hans. **Prática de ensino: formas fundamentais de ensino elementar, médio e superior.** São Paulo: EPU, 1982.

AZENHA, Maria da Graça. **Construtivismo: De Piaget a Emilia Ferreiro.** São Paulo: Ática, 1997

Cunha, Luiz Antônio Constant Rodrigues da (1980). **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas, Coleção Educação e transformação.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, Edições UFC.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, Brasília, 1996.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2001.

DERMEVAL, Saviani (Org.). **O legado educacional do regime militar.**

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento (Org.). **Legislação da Educação no Brasil durante o período militar: A legislação da Educação no Brasil durante o período militar.** WEB ARTIGOS. Educação no Império.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PIAUÍ. **A Educação Jesuítica no Brasil Colônia.**

UNICAMP. **Período Pombalino.** Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.htm Acesso 03 mar. 2023.

UNESP-JCP, Filho (Org.). **A República e a Educação no Brasil: Primeira República**. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/106/3/01d06t04.pdf> Acesso 03 mar. 2023

UNESP-JCP, Filho-(Org.). **A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas**. Disponível em: [http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.p df](http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf) Acesso 03 mar. 2023

CAVALCANTI, Alberes de Siqueira. **Ética e Cidadania na prática educacional**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/codetica/abc/etica_cid_pratica_educ.PDF Acesso 03 mar. 2023.

JUNOR, A. G. T; RUBIO, G. C; MATUMOTO, F. G. V. **A conduta ética do professor com base na pedagogia da autonomia de Paulo Freire**. Akrópolis Umuarama, v. 17, n. 3, p. 149-158, jul./set. 2009. Disponível em: <http://revistas.unipar.br/akropolis/article/viewFile/2854/2119> Acesso 03 mar. 2023.

LAVERBERG, Catarina. **Formação moral e ética dos alunos-cidadãos**. Revista Nova Escola.